O Haiti é Aqui: Análise das informações preliminares sobre os imigrantes haitianos em Santa Catarina – Brasil[1].

Luís Felipe Aires Magalhães[2]

Resumo.

O Modo de Produção Capitalista desenvolve-se, historicamente, a partir do desenvolvimento desigual de suas partes constituintes, as formações econômicas e sociais nacionais. Na América Latina, estas desigualdades criaram o fenômeno da dependência, modalidade específica sob a qual o capitalismo desenvolveu-se no continente. Sob a dependência, a formação das estruturas produtivas, sociais, econômicas e políticas foram orientadas segundo as exigências impostas pelas metrópoles coloniais, de modo que as riquezas produtivas na colônia não eram apropriadas por elas, condicionando uma dinâmica de desenvolvimento do subdesenvolvimento. O Haiti é o mais claro exemplo latino-americano desta dinâmica: de colônia francesa mais próspera do mundo, durante os séculos XVII e XVIII, transformou-se em país mais pobre da América, atualmente. As condições impostas pelo imperialismo ao país o condenou a uma posição subalterna na divisão interna do trabalho, a qual condiciona a formação histórica de fatores, sociais, políticos e econômicos, de expulsão, engendrando no interior da sociedade haitiana uma tradição migrante. O objetivo deste artigo é analisar o recente processo migratório de haitianos para o Estado de Santa Catarina, à luz da formação histórica no país. Nossa hipótese é a de que a própria presença brasileira no Haiti atue como um elemento que condicione a opção migratória pelo Brasil. Utiliza-se como metodologia a revisão teórica de conceitos utilizados na pesquisa (dependência, subimperialismo, remessas de migrantes entre outros) e a aplicação de questionário sócio-demográfico, de modo a compor um banco de dados sobre estes imigrantes.

---

[1] Trabalho apresentado no VI Congresso da Associação Latino-Americana de População, realizado em Lima – Perú, de 12 a 15 de Agosto de 2014.

[2] Estudante de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; Pesquisador no Observatório das Migrações no Estado de Santa Catarina, vinculado à Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC.

Neste artigo, analisaremos algumas das principais características do recente fluxo de imigrantes haitianos no Estado de Santa Catarina, situado na Região Sul do Brasil[3]. A proximidade com a cidade de Balneário Camboriú (localizada no litoral do Estado, na Mesorregião do Vale do Itajaí) nos permitiu realizar um trabalho de campo que, centrado na aplicação de questionário semi estruturados com 18 imigrantes haitianos, suscitou algumas informações preliminares sobre o fluxo.

Precede, todavia, à análise destas características um estudo sobre a formação histórica da tradição migrante haitiana, isto é, a formação, desde o período colonial, de fatores estruturais de expulsão no país, hoje materializados em uma sucessão dramática de indicadores sociais, econômicos e demográficos precários.

A análise do fluxo migratório de haitianos no Brasil, particularmente em Santa Catarina, nos motivou a elaborar um questionamento, posteriormente transformado em contribuição teórica, que julgamos de grande importância: a presença militar brasileira no país teria efeitos condicionantes na orientação contemporânea dos migrantes haitianos ao Brasil? Este questionamento nos leva a investigar o processo migratório em questão à luz do fenômeno do sub imperialismo brasileiro no Haiti.

Analisaremos o fluxo migratório não apenas à luz deste fenômeno como também em relação à estrutural dependência econômica e social no Haiti, que faz do país uma região com forte histórico emigrante. Estes elementos nos levam, portanto, a dedicar especial atenção à história do país. É na história haitiana, especialmente sua história de luta, independência e de invasões militares estrangeiras, em que reside o elemento fundante desta tradição de povo migrante, acostumado a migrar para países como Estados Unidos, Canadá e França.

Introdução: o marco teórico geral do processo migratório.

A mobilidade internacional da força de trabalho é um fenômeno social (SINGER, 1995; MARTES, 2000) que se insere no âmbito da lógica da reprodução do capitalismo em escala global (AMIN, 1977; GAUDEMAR, 1977; BRITO, 1995). A migração enquanto veículo do

[3] Esta pesquisa, desenvolvida desde meados de 2013, integra o Observatório das Migrações no Estado de Santa Catarina, linha de pesquisa com apoio do CNPq, vinculada ao Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED) da UDESC

povoamento da Terra precede, no entanto, o desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista; todavia, este sistema específico de produção e de distribuição da riqueza apropria-se desta mobilidade da força de trabalho de forma também específica (GAUDEMAR, 1977). Entender como o sistema capitalista se apropria da mobilidade da força de trabalho exige uma prévia análise da importância dos Estados Nacionais e das fronteiras nacionais para i) a criação de um território consagrado às relações capitalistas de produção e ii) a criação de um conjunto de subalternidades, de classe, de cor, de crença e de origem, que cinde o gênero humano, o hierarquiza segundo estes critérios e o submete aos interesses do capital. Submete a estes interesses, inclusive, a própria mobilidade humana. A presença haitiana no Estado de Santa Catarina, região Sul do Brasil, guarda relação com estes dois processos, como veremos neste artigo.

Não obstante a natureza do capital ser universalizante (MARX e ENGELS, 1948/2009), no sentido de não se restringir às fronteiras nacionais, é precisamente dentro destas que o capital desenvolve suas relações de produção, no trato direto com a força de trabalho e a institucionalidade que ele exige, sobretudo na garantia jurídica e no resguardo militar da propriedade privada. O capital rompeu, portanto, suas barreiras nacionais.

A burguesia mercantil, que nascia da resistência aos limites impostos à acumulação privada para o beneficiamento da Igreja Católica e do julgo da nobreza, desde cedo aprendera a aliar-se com os vassalos, origem da classe trabalhadora e força principal de qualquer revolução, para a transformação radical da realidade. Foi assim que ela dobrou para si a resistência da Igreja Católica, que pelos escritos escolásticos de Direito Natural e pelas Bulas Papais passou a “permitir” o lucro comercial, a usura e a propriedade privada (SCHUMPETER, 1964); e foi assim também que ela eliminou o domínio feudal, em sangrentas e estruturais modificações do status quo. As cidades, o sentimento nacional, o Estado Nacional e diversos elementos da Era Moderna têm sua origem neste momento histórico de capitalismo germinal, no qual as instituições – econômicas, políticas e sociais – e os valores e saberes dominantes foram refeitos à imagem e semelhança do capital.

Este processo guarda, inicialmente, relação com um conjunto muito pequeno de países, situados à margem do Mediterrâneo, mantenedores de laços comerciais com alguns pontos isolados do Oriente, da Ásia mais próxima e dos extremos do Norte e Nordeste da África (WILLIAMS, 1975; BAGU, 1977). Mas o avanço técnico e científico e sua aplicação às formas de produção que o capitalismo inaugurava não podia se ocupar somente do mercado

interno nestes Estados Nacionais (MARX e ENGELS, 1848/2009). Tão logo o lucro passa a operar todo o sistema de produção e isto a regular todas as relações sociais, o capital sai à procura de novos espaços de acumulação. E havia um vasto mundo a ser "recriado". O Haiti foi, precisamente, a principal porta de entrada neste Novo Mundo.

As raízes dos fatores – estruturais – de expulsão populacional no Haiti residem na produção histórica de sua dependência e subalternidade. Embora hoje a dependência haitiana e seu contexto de profunda marginalidade e miséria sejam dados concretos, o Haiti já fora, nos século XVII e XVIII, a colônia mais próspera do mundo. A conversão de uma situação a outra é uma expressão clara de sua condição dependente: formada sob as mãos da economia colonial e do comércio triangular, o sociedade haitiana produziu as riquezas que alimentavam a metrópole francesa, em específico, e promoviam a acumulação primitiva à Revolução Industrial, em geral. O desenvolvimento capitalista no país significava, melhor dizendo, o desenvolvimento de seu subdesenvolvimento. Detenhamo-nos, neste momento, em buscar entender o processo no qual um país se converte de mais próspera colônia do mundo à posição de país mais pobre da América.

Haiti: de colônia mais próspera do mundo a país mais pobre da América.

A Era das Grandes Navegações acelerou o processo de formação dos Estados Nacionais e das fronteiras nacionais, e se deve investigar neste período histórico quais são as raízes da expansão global das relações capitalistas de produção e, por consequência, da formação das desigualdades nacionais que se abatem, em sua pior face, sobre o Haiti – e condicionam fatalmente seu processo emigratório.

> A descoberta da América e a circunavegação da África ofereceram à burguesia ascendente um novo terreno. O mercado indiano e chinês, a colonização da América, o intercâmbio com as colônias e, em geral, a intensificação dos meios de troca e das mercadorias deram ao comércio, à navegação e à indústria um impulso até então desconhecido, favorecendo na sociedade feudal em desintegração a expansão rápida do elemento revolucionário (MARX e ENGELS, 1848/2009, p. 25).

Neste período, desenvolvem-se em escala global as relações capitalistas de produção (FRANK, 1973), tendo, conforme sugerido acima, inicialmente como motor as relações mercantis. Foi com a cruz do Catolicismo e com a bandeira de dois Impérios Mercantis Salvacionistas (RIBEIRO, XXXX), Portugal e Espanha, que o capitalismo mercantil aportou

na América Latina, transformando as relações sociais e de produção aqui já existentes para a criação de excedentes comercializáveis e a extração de metais e outras matérias-primas (WILLIAMS, 1975; BAGÚ, 1977). A formação dos Estados Nacionais na América Latina se viu condicionada pelas vicissitudes da procura por metais, pela engenhosidade da máquina de exploração colonial Ibérica, pela resistência dos povos originários e, ainda, pela disputa existente na Europa pelo domínio das rotas comerciais e das colônias (CUEVA, 1990). E o Haiti, pela magnitude que a exploração atingiu e a força da ruptura com o colonialismo que lhe seguiria, é um rico exemplo destas transformações.

> Cristóvão Colombo pisou pela primeira vez em terras do Novo Mundo na ilha de São Salvador e, após louvar a Deus, saiu à procura de ouro. Os nativos, índios de pele vermelha, eram pacíficos e amistosos e indicaram-lhe o Haiti, uma grande ilha (aproximadamente do tamanho da Irlanda), rica, diziam, do metal amarelo. Ele navegou para o Haiti. Quando um de seus navios naufragou, os índios dali ajudaram-no de tão boa vontade que muito pouco foi perdido e, dos artigos que levaram até a praia, nenhum foi roubado. Os espanhóis, o povo mais adiantado da Europa daqueles dias, anexaram a ilha, a qual chamaram de Hispaniola, e tomaram os seus primitivos habitantes sob a sua proteção. Introduziram o cristianismo, o trabalho forçado nas minas, o assassinato, o estupro, os cães de guarda, doenças desconhecidas e a fome forjada (pela desnutrição dos cultivos para matar os rebeldes de fome). Esses e outros atributos das civilizações desenvolvidas reduziram a população nativa de estimadamente meio milhão, ou talvez um milhão, para sessenta mil em quinze anos. Las Casas, um padre dominicano dotado de consciência, viajou para a Espanha para pleitear a abolição da escravatura de nativos. Mas, sem a coerção desses indígenas, como poderia a colônia existir? Tudo o que os nativos receberiam a título de salário seria o cristianismo e poderiam ser bons cidadãos sem trabalhar nas minas. O Governo espanhol concordou. Aboliu os *repartimientos*, ou trabalho forçado, por direito, enquanto os seus agentes na colônia os mantinham de fato. Las Casas, assombrado pela possibilidade de ver, diante de si, a total destruição da população no período de tempo de uma geração, recorreu ao expediente de importar os negros mais robustos da populosa África. Em 1517, Carlos V autorizou a exportação de quinze mil escravos para São Domingos. Assim, o padre e o Rei iniciaram, no mundo, o comércio americano de negros e a escravidão (JAMES, 2010, ps. 19-20).

De tão rico em recursos naturais, o Haiti despertou, rapidamente, a cobiça de França, Holanda e Inglaterra, que tentaram por diversas vezes controlar a ilha. Em 1695 é assinado o Tratado de Ryswick, na Holanda, através do qual Espanha concede à França o direito de propriedade sobre a parte ocidental de toda a ilha (JAMES, 2010). Desde este momento, os rumos do movimento de classe que dariam origem à Revolução Francesa e os rumos das revoltas coloniais dos negros escravizados no Haiti não se distanciaram mais (JAMES, 2010). Esta indissociabilidade é expressão do lugar central que o Haiti, colônia mais próspera de então, ocupava no desenvolvimento das relações capitalistas de produção:

> O comércio de escravos e a escravidão estavam firmemente entrelaçados à economia do século XVIII. Três forças: os proprietários de São Domingos, a burguesia francesa e a burguesia inglesa prosperaram sobre a devastação de um continente e a

> brutal exploração de milhões de seus habitantes. Enquanto essas forças se mantivessem em equilíbrio, o tráfico demoníaco prosseguiria; e assim teria continuado até os dias de hoje. Mas nada, por mais lucrativo que seja, dura para sempre. Desde que o seu próprio desenvolvimento ganhou ímpeto, os fazendeiros das colônias e as burguesias francesa e britânica passaram a gerar pressões internas e a intensificar as rivalidades externas, dirigindo-se cegamente para conflitos e explosões que despedaçariam as bases do seu domínio e criariam a possibilidade da emancipação (JAMES, 2010, p. 39).

No centro das contradições de uma expansão do exclusivismo comercial que, mais que enriquecer, encaminhava o Haiti a passos largos para a dependência estrutural, estavam as pressões do Império Britânico e de seu desenvolvimento industrial, contrapondo na Europa a ideologia do liberalismo à manutenção dos exclusivismos coloniais (JAMES, 2010). O Haiti estava no meio do fogo cruzado de um capitalismo em transformação, dentro do qual, todavia, nem o sistema colonial tampouco o capitalismo industrial lhe poderia oferecer saídas dignas de superação do subdesenvolvimento. Este futuro, que viria a ser o maior drama histórico do gênero humano no Novo Mundo, estava, nos idos do século XVIII e XIX, ocultado pela imagem de uma colônia que produzia riquezas inigualáveis – mas não para proveito próprio.

> Prosperidade não é um problema moral e a razão de São Domingos era a sua prosperidade. O mundo ocidental, durante séculos, nunca conheceu tal progresso econômico. Por volta de 1754, dois anos antes do começo da guerra dos Sete Anos, havia na ilha 599 fazendas de açúcar e 3.379 de anil. Durante a guerra dos Sete Anos (1756-1763), a Marinha francesa, varrida dos mares pela Força Naval Britânica, não podia trazer os suprimentos dos quais a colônia dependia; o extenso contrabando de mercadorias não podia suprir a deficiência e milhares de escravos morriam de fome e o vertiginoso aumento de produção, embora contínuo, diminuiu. Mas após o Tratado de Paris de 1763 a colônia deu um grande passo à frente. Em 1767 exportou 35 mil toneladas de açúcar bruto e 25 mil toneladas de açúcar branco, quinhentas toneladas de anil e mil toneladas de algodão, uma certa quantidade de couro, de melado, de cacau e de rum. O contrabando, ao qual as autoridades faziam vista grossa, elevava os números oficiais em pelo menos vinte e cinco por cento. Não era apenas em quantidade que São Domingos se sobressaía, mas em qualidade (JAMES, 2010, p. 56).

Comércio de contrabando e tráfico de escravos, dois elementos fundantes da sociedade colonial haitiana, não foram barreiras mas motores do desenvolvimento do capitalismo, assim como o colonialismo não era um pré-capitalismo, como apregoam determinadas teses do desenvolvimento social e econômico latino-americanas, mas sim a forma concreta específica, sui generis, com que o capitalismo mundial desenvolvia-se na América Latina (FRANK, 1973; MARINI, 2000). As duas mais fortes burguesias nacionais do século XVIII, a de França e Inglaterra, seja pelo comércio colonial, pelo tráfico negreiro ou pelo contrabando, eram financiadas pela extração das riquezas haitianas.

> O comércio colonial era muito grande para a burguesia francesa, apesar de sua riqueza. A burguesia britânica, a mais bem-sucedida no comércio negreiro, vendia

> milhares de escravos contrabandeados todos os anos para os latifundiários franceses e particularmente para São Domingos. Mas, mesmo enquanto vendia os escravos para São Domingos, a burguesia britânica assistia ao progresso dessa colônia com preocupação e inveja. Depois da independência dos Estados Unidos em 1783, essa espetacular colônia francesa repentinamente deu um salto que quase duplicou a sua produção em 1783 e 1789 (JAMES, 2010, ps. 60-61).

Mas o sistema capitalista mundial, que precisara do comércio colonial (e da escravidão) para a acumulação primitiva nos países de centro do capitalismo, não poderia continuar convivendo com ambos ao atingir a fase da Grande Indústria Moderna: os limites para a acumulação em escala global, que a manutenção dos privilégios coloniais (não Britânicos) e a ausência de um mercado de consumo (de consumo das mercadorias industriais inglesas) que a sociedade escravista impunham, foram o centro do antagonismo, já histórico desde as guerras medievais, entre França e Inglaterra. Com a batalha industrial vencida pela Inglaterra, a França viu-se às voltas não apenas com a falência dos negócios coloniais e escravistas com o Haiti como também com a irrupção do mais original e fecundo processo revolucionário nacional e étnico no Novo Mundo: a Independência Haitiana (CASTOR, 2008; JAMES, 2010). Capítulo particular da história americana e mundial, a revolução nacional haitiana expôs ao mundo, na ferocidade em romper os grilhões da exploração colonial, a força do revide de um sistema mundial que se ampara na hierarquização racial, que possui um conteúdo e um cometimento racial, nacional e de classe.

Com a Revolução Francesa, os preceitos de liberdade individual não demoraram a encontrar os africanos escravizados pelos franceses em território haitiano. “Eles (os escravos) ouviam falar da Revolução (Francesa) e conceberam-na à sua própria imagem: os escravos brancos da França se levantaram e mataram os seus senhores e, assim, passaram a gozar os frutos da terra. Isso era grosseiramente impreciso, de fato, mas eles haviam apanhado o espírito da coisa. Liberdade, Igualdade e Fraternidade” (JAMES, 2010, p. 87). Liberdade, Igualdade e Fraternidade, além de todos os direitos humanos propagados desde a França, se somaram à libertação do domínio colonial sobre a nação haitiana para irromper um processo revolucionário *sui generis*, que evidenciou o que sabemos hoje: liberdade, igualdade e fraternidade são apenas para alguns, não para todos. Como defendiam os governantes franceses da época, Napoleão Bonaparte à frente, “não trouxemos meio milhão de escravos das costas da África para torná-los cidadãos franceses” (JAMES, 2010, p. 123). Era o próprio sucesso do empreendimento colonial francês o que estava em jogo, bem como a capacidade de a burguesia, e nisto não apenas a francesa, de impor limites ao discurso e à prática revolucionária que lhe fizeram derrubar a aristocracia, para frear os ímpetos proletários – e

anticoloniais. “A tomada da Bastilha no dia14 de Julho fez mais do que intimidar o Rei e a Corte. Assustou a burguesia, que se apressou em formar a Guarda Nacional, excluindo dela estritamente os pobres” (JAMES, 2010, p. 75). Rapidamente, e motivado pelas pressões do capitalismo industrial britânico em expansão, surge na França um clamor pelo fim da escravidão, corporificado no grupo Amigos dos Negros. No imediato pós-Revolução, o clamor era uma força real, sobretudo por que o movimento de insurreição dos escravos no Haiti já era uma força real. Todavia, com o arrefecimento do caráter revolucionário da burguesia francesa e da República francesa em geral, a causa antiescravista perde força, e a burguesia colonial, instalada até a medula nos negócios com o Haiti e o tráfico de escravos, passa a defender renhidamente a sua posição de classe na estratificação social, eminentemente racial, da colônia, já com o apoio do novo governo francês. As disputas imperialistas entre França, Inglaterra e mesmo Espanha (a independência haitiana precedeu a todas as libertações coloniais hispânicas na América Latina) levaram esta última a oferecer apoio militar aos escravos insurgentes, buscando, logicamente, recuperar o domínio da ilha, perdido desde o Tratado de Ryswick, em 1695.

> Naquele momento, os negros não sabiam onde estavam seus verdadeiros interesses. E se não sabiam não era por culpa deles, pois a Revolução Francesa, ainda nas mãos dos liberais e 'moderados', estava claramente inclinada a levar os escravos de volta à velha escravidão. Assim, quando os espanhóis em São Domingos ofereceram aliança aos negros contra o Governo francês, naturalmente aceitaram. Eis aqui homens brancos que lhes ofereciam armas, munições e suprimentos, reconhecendo-os como soldados, tratando-os como iguais e pedindo-lhes que atirassem contra outros brancos (JAMES, 2010, p. 125).

Os escravos revolucionários, já organizados em tropas e buscando o controle sobre o território haitiano, não se alinharam de todo à Espanha, pelas razões coloniais históricas e por não verem ali um aliado incondicional. Dado que o governo proveniente da Queda da Bastilha tornava-se cada vez mais conservador, sucederam-se missões e mais missões militares francesas para exterminar aos escravos revolucionários. Os líderes haitianos, figuras humanas tão grandiosas quanto ocultadas pela historiografia tradicional, foram mortos, ou em combate no Haiti, como Jacques Dessalines, ou torturado sob fome e frio nos Alpes, como Toussaint L'Ouverture (JAMES, 2010).

> Depois de uma luta tirânica contra 60 mil veteranos das conquistas napoleônicas, os ex-escravos sacodem a dominação colonial em 1804, no início do século 19, e proclamam a independência. A revolução se baseava em um consenso sobre a abolição da escravidão, a consolidação da independência e a construção de um novo país, no qual não se excluía de nenhuma maneira interesses múltiplos e contradições na nascente sociedade (CASTOR, p. 2008, p.12).

A Independência formal fora obtida, mas o imperialismo tinha uma “lição” a dar aos escravos, pobres e negros do mundo: num misto de vingança e juízo final, sob ordens diretas de Napoleão, uma ofensiva francesa realizou um massacre gigantesco no Haiti, e ateou fogo e toda a ordem de destruição às fazendas e demais instalações e bases produtivas do país. Se não pertencesse o Haiti à França, que não pertencesse o Haiti a ninguém. E se não fosse um país capitalista governado por brancos, ainda que pobre como a grande maioria dos países no mundo, que também não pudesse florescer ali um povo livre. O resultado foi a esterilização completa do solo haitiano, e uma marginalização global que condenou o país, outrora colônia mais próspera do mundo, a país mais miserável da América, sob olhos e mãos atentos do imperialismo.

O desenvolvimento do capitalismo no Haiti, especificamente dependente, produz e é produzido pelo comércio colonial, as revoltas escravas, a Independência Negra a 1º de Janeiro de 1804 e a marginalização secular do país pelo imperialismo. Estes processos se inserem na criação e reprodução de subalternidades e hierarquias étnicas e de classe, elementos fundantes da apropriação pelo capital da mobilidade internacional da força de trabalho haitiana (COVARRUBIAS, 2010).

Analisando em perspectiva histórica, o Haiti reproduz sistematicamente fatores estruturais de expulsão de sua força de trabalho: não se trata de um país que não é capitalista, mas sim de um país capitalista dependente, que ocupa posição das mais subalternas na divisão internacional do trabalho, cujas relações de produção são incapazes de incorporar as massas haitianas à produção, ao consumo e a formas dignas de existência.

A população haitiana, atualmente, é de 10.255.644 habitantes, dos quais 44,5% estão em condição subnutrida. Apenas 17% da população do país possui acesso à rede sanitária, razão pela qual a maior parte das causas de morte no Haiti, as infecto-parasitárias, deriva de razões que poderiam ser facilmente evitáveis. A cólera, por exemplo: piorada após o terremoto de Janeiro de 2010, poderia ser superada com melhorias simples no sistema sanitário e tratamento de água. A despeito destes dramas nacionais, apenas 1,5% do PIB do país é investido em saúde. Dentre os haitianos, 34,7% não são alfabetizados. Em média, consomem 2.080 kcal ao dia, mesma quantidade de calorias que no Iêmen e na Tanzânia. É tudo o que dá para consumir dentro deste contexto de crise alimentar permanente, dado que 61,7% dos haitianos vivem com menos de um dólar ao dia, patamar convencionado internacionalmente para definir a “linha da pobreza”. É um país que se equilibra nesta linha. Como apenas 26,1%

dos partos são assistidos por profissional de saúde qualificado, em 350 de cada 100.000 nascidos vivos a mãe não sobrevive ao parto. Setenta em cada mil crianças morrem até os cinco anos de idade. Cinquenta e três morrem antes de completar um ano de vida (IBGE, 2013). Segundo dados do Banco Mundial, 84% dos egressos universitários haitianos passam a viver fora do país com o término de seus cursos superiores, o que revela o elitismo e distância do ensino superior em relação aos problemas nacionais mais dramáticos.

Imperialismo e Migração: A rota Haiti – Estados Unidos

A presença militar dos Estados Unidos no Haiti é uma constante desde os princípios do século XX. Como em outros países do mundo, a presença estrangeira acaba por criar e condicionar relações entre os dois países que envolvem, inclusive, fluxos migratórios do país invadido ao país invasor. Analisar a migração do Haiti aos Estados Unidos neste sentido é um passo essencial para se pensar a migração Haiti – Brasil sob a influência do subimperialismo brasileiro. Detenhamo-nos na relação entre Haiti e Estados Unidos, por ora.

As condições precárias de vida no Haiti engendram a atuação sistêmica de fatores de expulsão da população do país, impelindo-a a emigrar internacionalmente (DURAND, 2010). Seja para a população que obteve ensino superior, e que não encontrará aplicação vantajosa financeiramente aos seus ofícios no país, seja para a população mais pobre, sem recursos e sem garantias de vida, cujo trabalho não a permite uma vida digna, migrar para outros países, como são tradicionalmente os Estados Unidos, é uma possibilidade sempre presente. Atualmente, 1.134.000 haitianos residem fora do país, isto é, 11,05% da população do país (MPI, 2013). Historicamente, os Estados Unidos são o destino preferencial, pela proximidade, pela atuação das redes sociais, pela economia do país e, principalmente, pela atuação do imperialismo norte-americano nos Estados Unidos. São 664.000 os haitianos residentes nos Estados Unidos. A seguir, os destinos mais comuns são a França, com 77.000 emigrantes haitianos, o Canadá, com 70.000 emigrantes haitianos, e Bahamas, onde 40.000 emigrantes haitianos atuam no sistema hoteleiro da região ou apenas usam ela como etapa migratória para os Estados Unidos.

Como fluxo representativo, a presença haitiana nos Estados Unidos existe desde a primeira metade do século XX, embora haja relatos de emigração massiva ao país durante a época

sangrenta das lutas de independência (JAMES, 2010), na passagem do século XVIII ao XIX. De 1960 até 2010, o total de emigrantes haitianos nos Estados Unidos passou de 5.000 para 606.000, chegando, atualmente, a representar 1,5% de toda a população imigrante norte-americana (MPI, 2013). O Gráfico I apresenta, para estas décadas, a evolução do volume de emigrantes haitianos residentes nos Estados Unidos:

Gráfico 1: Emigrantes haitianos nos Estados Unidos (1960-2010).

Fonte: MPI, 2013.

A Independência Negra do Haiti não representou, historicamente, a ruptura com o sistema capitalista, criador das subalternidades e promotor do desenvolvimento econômico e social dependente no país caribenho; se é verdade que o sistema colonial substituiu a Espanha pela França na dominação do país, também é verdade que o capitalismo industrial, ao atingir sua etapa imperialista, substituiu a França pelos Estados Unidos (CASTOR, 2008; JAMES, 2010). E a expansão norte-americana não poderia buscar o domínio das áreas mais distantes se não conquistasse, antes, o domínio de seus vizinhos. É, então, no início do século XX que

> o imperialismo nascente leva os Estados Unidos a considerarem toda a América Latina como sua zona de expansão natural e o Caribe como seu quintal. Assim, em 1915, o desembarque dos *marines* estadunidenses inicia a ocupação mais longa (1915 – 1934) na zona do Caribe e América Central. A crise de hegemonia se resolve de fato e a modernidade procurada se traduz na ordem estabelecida pelo ocupante a partir de uma reacomodação do poder político com o exército, recém-criado como coluna vertebral (CASTOR, 2008, p. 12).

Militar e economicamente, os Estados Unidos se tornam força fixa no Haiti no século XX, dominando diretamente as escassas estruturas produtivas do país e influenciando, sob as mais variadas formas, a política nacional de acordo com o interesse das empresas norte-americanos, isto é, do imperialismo norte-americano. Particularmente as últimas décadas do século XX aprimoraram esta dinâmica, intensificando a polarização de classe no país e agravando as condições sociais de tal modo que o consenso nacional se torna secundário frente à necessidade de uma solução armada aos conflitos sociais (CASTOR, 2008): sucessivos golpes e deposições se tornam a face mais visível de um país dramaticamente desigual. A presença militar externa requeria ser renovada, justificada, para a manutenção da estrutura social e econômica no país. Neste contexto que a ONU interviu no país, com o exército brasileiro à frente, através da Minustah.

Com o terremoto que atingiu o Haiti, em 12 de Janeiro de 2010, e que causou a morte de mais de 200.000 pessoas, deixando mais de 1.500.000 sem abrigo e inaugurando um novo ciclo trágico de contágio e morte por cólera, as condições de vida no país, que já eram precárias, se deterioraram ainda mais. Hospitais, escolas, prédios públicos e universidades foram destruídos, e isto se torna ainda mais trágico se levarmos em conta que tais estruturas já eram muito limitadas e incapazes de absorver os haitianos antes mesmo do abalo sísmico. A existência humana no Haiti tornava-se cada vez mais difícil, de modo que os fatores de expulsão intensificaram sua atuação sobre a dinâmica migratória no país. Todavia, a conjuntura econômica internacional havia mudado desde os anos 1960: um conjunto de alterações, historicamente engendradas, colocaram o Brasil na rota dos emigrantes haitianos. É preciso entendê-las para analisar com mais precisão as especificidades deste fluxo migratório.

Sub imperialismo e Migração: A rota Haiti – Brasil

Nesta seção, apresentaremos a categoria de “sub imperialismo” (MARINI, 2000; LUCE, 2007; LUCE, 2011; MARINI, 2012) como um elemento capaz de elucidar a formação do fluxo migratório do Haiti ao Brasil, particularmente após o terremoto de Janeiro de 2010 e o fortalecimento da presença militar brasileira no país. Pretendemos, com isto, contribuir ao estudo deste fluxo e à própria teoria migratória, estabelecendo um marco interpretativo sobre as migrações que contemple a análise dos conceitos de desenvolvimento, subdesenvolvimento e dependência. Da mesma forma com que um conjunto de autores cunhou a expressão “migrantes coloniais” (BINFORD, 2007; COVARRUBIAS, 2010), para designar o fluxo migratório que parte de uma ex-colônia e se dirige a uma ex-metrópole (como os caribenhos nos Estados Unidos, os equatorianos e peruanos na Espanha, os africanos na França, Bélgica, Holanda e Portugal, por exemplo), vislumbramos aqui definir fluxos migratórios condicionados pela presença (econômica, política e militar) do Brasil no Haiti. O fenômeno do subimperialismo, neste sentido, é crucial.

Primeiramente, deve-se destacar que o Haiti é objeto, secular, da presença econômica e militar estrangeira (CASTOR, 2008), seja com o domínio colonial no século XVIII, com o controle político e militar dos Estados Unidos no século XX, e com a presença brasileira no início do século XXI. A presença estrangeira no Haiti opera como uma instituição militar, econômica e política fundamental da sociedade nacional, dado que as “ajudas” internacionais representam em torno de 60% do orçamento do país. Pela presença externa, calcula-se que vivam no Haiti 7.200 soldados, 1.500 policiais e incontáveis especialistas e trabalhadores civis (CASTOR, 2008). É neste contexto de primazia do externo e subordinação a este em que se insere a Minustah.

> A resolução 1.592 de fevereiro de 2004 adotada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas acordou, para estabilizar o Haiti, o desenvolvimento imediato de uma força rápida interina seguida de uma força multinacional para assegurar uma intervenção em longo prazo. Esta missão internacional de manutenção da paz, a Minustah, era a sexta implementada no país no lapso de um decênio (CASTOR, 2008, p. 18).

A relação “metrópole-satélite”, com a expansão do capitalismo industrial e a monopolização crescente do capital especialmente após a Segunda Guerra Mundial, complexificou-se. Ao esquema clássico de uma metrópole e suas colônias e satélites, foi adicionado um conjunto de países que ocupa posição intermediária na acumulação de capital em escala global. São países dependentes, pois inseridos na divisão internacional do trabalho de forma periférica, porém o desenvolvimento do capitalismo neles gerou uma expansão industrial cuja mais-valia criada o

seu mercado interno não pode ser realizada internamente, pela restrição do consumo nestes países (LUCE, 2011; MARINI, 2012). Tendem, seja para realizar esta mais-valia, seja para buscar matérias-primas e fontes energéticas e naturais, a expandirem-se em países que ocupam posições ainda mais subalternas na divisão internacional do trabalho. Em outras palavras, a produção capitalista, mundializada, condicionou níveis intermediários de acumulação, de composição orgânica do capital. São os chamados países de semi periferia. Todavia, características específicas do capitalismo nestes países semi periféricos fazem com que alguns deles se tornem sub imperialistas: a expansão industrial no exterior visando a realização da mais-valia criada internamente e o acesso a uma força de trabalho mais barata, a exportação de manufaturas e o controle de recursos energéticos e naturais de outros países (LUCE, 2011; MARINI, 2012). Sobre o sub imperialismo, Ruy Mauro Marini (MARINI, 2012), afirma que

> na prática, isso se traduz, em primeiro lugar, no impulso da economia brasileira em direção ao exterior, no afã de compensar sua incapacidade de ampliar o mercado interno através da conquista de mercados já formados, principalmente na América Latina. Esta forma de imperialismo conduz, no entanto, a um sub imperialismo. Efetivamente, não é possível para a burguesia brasileira competir em mercados já repartidos pelos monopólios estadunidenses (…). Não lhe resta, portanto, outra alternativa a não ser oferecer a estes uma sociedade no próprio processo de produção no Brasil, usando como argumento as extraordinárias possibilidades de lucros que a contenção coercitiva do nível salarial da classe operária contribui para criar. O capitalismo brasileiro se orientou, assim, rumo a um desenvolvimento monstruoso, posto que chega à etapa imperialista antes de ter conquistado a transformação global da economia nacional e em uma situação de dependência crescente frente ao imperialismo internacional. A consequência mais importante desse fato é que, ao contrário do que ocorre com as economias capitalistas centrais, o sub imperialismo brasileiro não pode converter a espoliação que pretende realizar no exterior em um fator de elevação do nível de vida interno, capaz de amortecer o ímpeto da luta de classes. Em vez disso, devido a sua necessidade de proporcionar um sobrelucro a seu sócio maior estadunidense, tem que agravar violentamente a exploração do trabalho nos marcos da economia nacional, no esforço para reduzir seus custos de produção (MARINI, 2012, ps. 156-157).

Sob o véu da liderança das forças de paz no Haity (Minustah), a presença brasileira no país é condicionada pelos fatores acima descritos, o que explica a forte presença de empresas brasileiras no mercado local e a ação estratégica especialmente daquelas empresas que se ocupam da reconstrução do país, as empreiteiras e grandes construtoras brasileiras. Ademais, havia e há ainda o interesse brasileiro em criar, a seu modo, uma estrutura latino-americana integrada apta a suportar a expansão de suas empresas ao exterior e ainda de mostrar ao mundo, particularmente ao Conselho de Segurança da ONU, a capacidade brasileira de intervir e arbitrar conflitos sociais armados, de modo a candidatar-se a um assento neste Conselho.

Com tais objetivos, o governo brasileiro assumiu postura resignada quando da deposição do presidente democraticamente eleito no Haiti, Jean-Baptiste Aristide, em 2004, e não tardou em reconhecer Gerard Latortue como presidente interino do país (LUCE, 2007). Assume, ato seguinte, a coordenação da missão de estabilização do país.

> Ao assumir o comando da Minustah (Missão Internacional das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti) e o envio de maior contingente de tropas ao Haiti, o Brasil poupou maior esforço dos Estados Unidos no momento em que estes sofrem desgaste com a resistência à ocupação do Iraque. Por esta razão, a Minustah veio a se constituir no principal elemento de cooperação do governo brasileiro com o Departamento de Estado na estabilização da conflitividade social da América Latina (LUCE, 2007, p. 48)

O sub imperialismo brasileiro, portanto, utiliza-se de uma aparência benévola, no sentido que lidera forças de estabilização e de paz no país, não obstante ter uma essência econômica que reside na busca por fontes energéticas e naturais e no lucro extraordinário oferecido pelo vantajoso negócio das (re)construções. Na correlação de forças do subimperialismo brasileiro, a presença no Haiti constitui uma especificidade, é o único país "ocupado" pelo Brasil em que a dimensão militar desta presença sobrepõe-se à dimensão econômica, embora esta seja a determinante. O conceito de "cooperação antagônica" (LUCE, 2011; MARINI, 2012) é essencial para elucidar esta questão: embora a atuação brasileira no país se dê no sentido das forças de estabilização e contenção dos movimentos sociais e populares, no resguardo da estrutura de classes interna e na manutenção dos interesses capitalistas na região (cooperação com o capitalismo mundial, especialmente com o imperialismo norte-americano), existe um alto grau de especificidade dos próprios interesses nacionais brasileiros no país (antagonismo com outras forças imperialistas, como Estados Unidos e França). Não podemos perder de vista, todavia, que o antagonismo, adjetivação da relação, mesmo em seus momentos mais tensionados não chega a alterar a situação, substantiva, de cooperação no marco geral da intervenção imperialista na região.

O que interessa retermos é que a presença brasileira no país, seja militar ou econômica, apresenta um "Brasil potência", sob a forma de uma baioneta de fuzil ou de máquinas de construção, à milhões de haitianos sem perspectivas de reprodução social de sua existência no país. Como indicado por Saskia Sassen (SASSEN, 1988), esta presença estrangeira incide objetiva e subjetivamente na vida dos habitantes locais, inserindo no imaginário e no próprio projeto migratórios deles a possibilidade de migrar ao país estrangeiro. Historicamente, o sistema capitalista mundial cria e recria estes laços, levando muitos autores a conceituar estes migrantes de "migrantes coloniais" (BINFORD, 2007; COVARRUBIAS, 2010). O caso do

Brasil e sua presença subimperialista no Haiti, no entanto, é um fenômeno diverso: o Haiti não é e nunca foi colônia brasileira. A própria presença brasileira no país é relativamente recente, como são recentes os fluxos de haitianos para o Brasil. Há uma relação íntima entre a presença do Brasil no país e a vinda dos primeiros haitianos ao Brasil. Esta relação nos leva a refletir, ainda que de forma breve e inicial, na capacidade de o subimperialismo condicionar a dinâmica migratória internacional, e criar e impulsionar um fluxo específico entre o país objeto da expansão subimperialista e o país que a promove efetivamente. Embora não utilizando explicitamente a categoria do subimperialismo, esta relação acima indicada já fora percebida por autoras que são referência no estudo das migrações (SALES, 1996; PATARRA, 2012).

Teresa Sales (SALES, 1996) embora não utilize o conceito de subimperialismo, não hesita em relacionar a migração de paraguaios ao Brasil com o fenômeno da expansão da posse de propriedades agrárias paraguaias por fazendeiros e empresas brasileiras. E vai inclusive além: insere esta presença brasileira no país vizinho no âmbito da dinâmica expansiva da agricultura brasileira, que se alastra aos países do Cone Sul mantendo o padrão agrário concentrador, latifundiário, e da oposição a este modelo, analisando concretamente as lutas travadas no campo e o surgimento do MST. Trata-se de uma pista importante de como o desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil, que engendra o fenômeno do subimperialismo, impulsiona o capitalismo brasileiro ao exterior e motiva a criação de fluxos migratórios particulares. Tais fluxos, como apontam o caso específico dos paraguaios, movem milhares de migrantes para as cidades brasileiras. Esta percepção é reforçada por Neide Patarra (PATARRA, 2012). Ao referir-se à deterioração das condições econômicas e sociais no Haiti, Patarra (PATARRA, 2012), afirma que “neste quadro, a presença do Brasil no Haiti, no comando da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti – MINUSTAH, iniciada em 2004, foi fator de fundamental importância na inserção do país no quadro dos destinos procurados pelos haitianos que buscavam fugir da miséria e da desordem social” (PATARRA, 2012, p. 13).

Se as condições econômicas, políticas e sociais do Haiti já estavam historicamente deterioradas, predominando formas criminais de sobrevivência, a existência de grupos armados e o terrorismo de Estado (CASTOR, 2008), após o terremoto de Janeiro de 2010 estas condições se agravaram, com a morte de mais de 200 mil pessoas e uma epidemia histórica de cólera pelo país.

O Brasil, então, desponta como um destino emigratório importante, em especial com a crise capitalista nos países de centro, como Estados Unidos e França, que incidiu diretamente sobre as condições laborais da classe trabalhadora nestes países. Os passos e percalços desta trajetória migratória serão o objeto das próximas seções deste artigo.

O Haiti é Aqui: Imigrantes haitianos em Balneário Camboriú

As informações que se seguem são referentes à pesquisa de campo realizada em Balneário Camboriú, cidade litorânea do Estado de Santa Catarina, localizada a 81 km da capital estadual (Florianópolis). A pesquisa foi realizada através da aplicação de questionários semi estruturados, aplicados inicialmente no ambiente de trabalho, com anuência dos gerentes e permissão de registro de imagem do entrevistado. Com o desenvolvimento da pesquisa de campo, os questionários passaram a ser aplicados na sede da Associação dos Haitianos de Balneário Camboriú (ASHABC), situada em um bairro de periferia da cidade. As entrevistas foram realizadas entre os dias 11 de Fevereiro e 15 de Março de 2014. Ao todo, foram entrevistados 18 trabalhadores haitianos, todos eles trabalhadores do setor de supermercados e construção civil, exceto Jennie[4], a única mulher entrevistada, que trabalha como diarista[5]. Algumas reveladoras entrevistas foram feitas com gerentes de supermercados e empregadores. Abordaremos a seguir os principais elementos possíveis de se inferir das respostas aos questionários.

A maioria dos haitianos (15 em um total de 18, ou seja, 83,33%) deixou o país através de uma viagem de avião entre sua capital, Porto Príncipe, e a cidade de Quito, no Equador. Esta estratégia inicial é um traço geral do fluxo emigratório haitiano que chega ao Brasil, independente de ele se orientar ou não para o Estado de Santa Catarina:

> o processo de entrada desses imigrantes em território brasileiro é semelhante na quase totalidade dos casos. A viagem começa em Porto Príncipe ou na República Dominicana, e por via aérea chegam a Lima, Peru, ou em Quito, no Equador, países

[4] Nome fictício. Todas as identidades dos haitianos entrevistados serão preservadas utilizando nomes fictícios. Todas as demais informações são fidedignas.

[5] Como dito,este artigo objetiva uma primeira aproximação à presença haitiana em Balneário Camboriú. A metodologia da aplicação do questionário e das entrevistas, que começaram no ambiente de trabalho e daí seguiram à associação dos haitianos, acabou por nos apresentar principalmente aqueles haitianos que estavam empregados naquele setor (supermercado e construção civil) e presentes, em determinados dias, na associação. Isto excluiu um cenário importante e muito rico de especificidades que é a mulher imigrante haitiana. É neste sentido que a pesquisa avançará no curto prazo: a análise específica da migração feminina e a elaboração, assim, de um estudo mais completo sobre o fluxo.

> que não exigiam visto de entrada para os haitianos. Destas duas cidades partem por via terrestre em uma viagem que pode se estender por mais de um mês, ao longo do percurso eles vão alternando trechos percorridos em ônibus e barcos" (PATARRA, 2012, ps. 13-14).

A viagem longa a que se refere Patarra é até a fronteira do Brasil com o Peru, nos estados do Acre e do Amazonas. Estes imigrantes que chegaram à América do Sul desembarcando em Quito, chegaram ao Brasil deslocando-se de ônibus de Quito ao Estado do Acre. Apenas dois imigrantes dos 18 (11,11%) entraram via o estado de Amazonas e três imigrantes (16,67% do total) chegaram diretamente de avião na cidade de São Paulo. Mais uma vez, este movimento particular confirma a regra geral dos haitianos no Brasil.

> Os principais pontos de entrada no Brasil são as fronteiras do Peru com os Estados do Acre e Amazonas. Ao chegarem à fronteira, estes imigrantes apresentam uma solicitação de refúgio, alegando as péssimas condições de vida no Haiti e a impossibilidade de se continuar vivendo naquele país após o terremoto. Sendo o Brasil signatário das convenções sobre o acolhimento de refugiados, as autoridades na fronteira registram estas solicitações e as encaminha ao órgão competente: o Comitê Nacional para Refugiados – CONARE, do Ministério da Justiça, para análise. Enquanto aguardam a tramitação do pedido de refúgio, os imigrantes recebem uma documentação provisória (Cadastro de Pessoa Física – CPF e Carteira de Trabalho) que lhes permite circular pelo país na busca por trabalho" (PATARRA, 2012, p. 14).

Os haitianos residentes em Balneário Camboriú não escapam a esta lógica: a maioria deles chegou ao Brasil em situação irregular, isto é, clandestinos, sem os documentos necessários à fixação de um estrangeiro no país. A Tabela 1 apresenta as informações sobre a condição de chegada dos imigrantes haitianos entrevistados:

Tabela 1 – Condição de chegada dos imigrantes haitianos entrevistados

Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor.

Os três haitianos que chegaram ao Brasil de forma documentada (Albert, Clarkson e Pierre) tiveram como ponto de chegada não as cidades fronteiriças do Acre, mas sim São Paulo. Clarkson, de 33 anos de idade, chegou ao Brasil em 12 de Novembro de 2012, com visto de

permanência por 5 anos, obtido na Embaixada Brasileira em Santo Domingo. Como dito, a posse do visto o fez não ter de se submeter à longa viagem entre Equador ou Lima e o Estado do Acre. Pelo contrário, viajou diretamente de Santo Domingo a Navegantes, com escalas na Cidade do Panamá e em São Paulo. De Navegantes, foi imediatamente a Balneário Camboriú, onde sua mulher, Ayllen, que viera antes a cidade, o esperava. Um dia após chegar a Balneário Camboriú, Clarkson foi a Itajaí, onde há um escritório da Polícia Federal. Lá obteve a sua Cédula de Identidade Estrangeira, com validade até 2017.

Jeremie, de 32 anos de idade, é um exemplo daqueles outros 15 imigrantes que chegaram indocumentados ao país. Sua viagem foi, por consequência, mais longa e perigosa. Do Haiti, viajou de ônibus à República Dominicana, país vizinho na ilha caribenha, de onde partiu em uma viagem de avião até a Cidade do Panamá. Neste país, embarcou de avião até Quito, onde iniciou uma viagem de 6 dias de ônibus até o Acre, passando por Lima. Ficou dois meses sob péssimas condições no Acre. Quando regularizou sua situação, obtendo um CPF e uma Cédula de Identidade de Estrangeiro, viajou a Balneário Camboriú, recrutado pela empresa Imbrasul Construtora e Incorporadora. No dia 17 de Novembro de 2011 chegava à cidade. Dois anos e dez dias depois, vieram sua esposa e seu filho. Jeremie recordou na entrevista que trabalhou intensamente em dois empregos para juntar, depois destes dois anos, R$5.470 para a compra das passagens da esposa e do filho.

A trajetória de Jeremie e de cada um dos imigrantes haitianos que chega indocumentado ao Brasil e hoje vive e trabalha em cidades do sul do país suscita uma importante questão: uma vez situados no Acre ou no Amazonas, que fatores atraíram estes haitianos ao pequeno município de Balneário Camboriú, de apenas 108.089 habitantes, segundo o último Censo Demográfico brasileiro, e distante dos grandes centros industriais do Brasil, como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte? A resposta a esta questão, importante para situarmos a trajetória migratória no espaço e investigarmos se Balneário Camboriú é mais um destino final ou uma etapa migratória, tem respostas diferentes segundo o momento do fluxo migratório. Atualmente, isto é, para os fluxos migratórios atuais, a resposta reside na atuação das redes sociais: os amigos e parentes que já migraram dão referências positivas do lugar àqueles que ficaram, os incentivando a migrar e construindo uma rede de relações sociais e laborais na qual o migrante se inserirá. Previamente, já se tem garantias de emprego, hospedagem e ajuda inicial, dentro de uma rede de relações sociais centrada na conterraneidade. Todos estes elementos são facilmente observados entre os haitianos em

Balneário Camboriú: a rede social, fortalecida pela criação da Associação dos Haitianos em Balneário Camboriú no dia 05 de Março de 2013, é o que verdadeiramente dá sequência hoje ao fluxo, especialmente através do desejo e iniciativa de trazer à Balneário Camboriú os parentes que ficaram no Haiti. Todos os haitianos entrevistados declararam que deixaram família no Haiti. E isto aponta para outro elemento importante deste fluxo e central para a economia do Haiti: as remessas de migrantes. A Tabela 2 apresenta informações sobre envio de remessas aos familiares que permanecem no Haiti.

Tabela 2 – Envio de remessas aos familiares que permanecem no Haiti.

Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor.

É predominante, como visto na Tabela 2, a realização de remessas, mesmo sob as condições do mercado de trabalho em que atuam os haitianos e os gastos elevados com aluguel. O envio das remessas indica a manutenção dos laços afetivos e materiais com a família, ao passo que guarda íntimas relações com a dedicação ao trabalho, o nível de poupança e consumo e as estratégias econômicas familiares. Clarkson, por exemplo, envia no dia 10 de cada mês remessas no valor de R$1.000,00 para seus pais, que ficaram no Haiti. Para tal, Clarkson possui dois empregos, e sua esposa também trabalha. O compromisso com que ele envia remessas é justificado pela idade avançada de seus país e a impossibilidade de eles trabalharem no Haiti. Na mediação da saudade com a busca por uma vida melhor, Clarkson se vê entre o desejo de voltar ao Haiti em 2015 para visitar seus pais, o compromisso com o envio de remessas e a ajuda financeira para comprar passagens para que seus irmãos também venham morar e trabalhar em Balneário Camboriú.

As redes sociais, materializadas hoje no espaço de ajuda mútua representado pela Associação dos Haitianos da cidade, são um elemento fundamental da atual conjuntura migratória internacional e de como Balneário Camboriú se insere nela. Todavia, no tempo germinal do fluxo migratório, as redes sociais são mais produto que causa destes fluxos, de modo que outro fator incidiu inicialmente na orientação da trajetória migratória dos haitianos rumo a Balneário Camboriú. As respostas aos questionários aplicados indicam haver uma forte atuação de três empresas catarinenses no recrutamento e contratação de força de trabalho, ainda no Acre. Estas empresas foram até as cidades fronteiriças do Acre buscar a força de trabalho haitiana. Estas empresas são a Multilog, a Ambiental e a Imbrasul Construtora e Incorporadora.

A Multilog é uma empresa de logística em comércio exterior, sediada no município de Itajaí, vizinho de Balneário Camboriú. Seu principal produto é a armazenagem de bens, seu transporte para exportação, especialmente no Mercosul, e outros serviços conexos.

A Ambiental é uma empresa de execução de obras e de realização de serviços de limpeza urbana em nove cidades do Estado de Santa Catarina: Balneário Camboriú, Camboriú, Itajaí, Itapema, Indaial, Jaraguá do Sul, Joinville, São Francisco do Sul e São José. Além da coleta e transporte de lixo, a Ambiental faz ainda tratamento de resíduos sólidos e operações de saneamento básico, e emprega diretamente mais de 1.800 trabalhadores.

A Imbrasul Construtora e Incorporadora é uma empresa sediada no município de Navegantes, distante 34 km de Balneário Camboriú. Constrói edifícios de alto padrão na região, especialmente na praia de Gravatá.

Em síntese: os primeiros haitianos em Balneário Camboriú trabalhavam como garis no município e no porto de Itajaí. Alguns haviam sido recrutados no Acre para trabalhar na construção civil em Navegantes, mas os atrativos em Balneário Camboriú (especialmente a maior oferta de emprego e acesso a serviços e a proximidade com os haitianos residentes em Balneário Camboriú) rapidamente os atraíram. Realizavam, portanto, tarefas mais intensivas no uso da força física, menos qualificadas. Foi apenas posteriormente que os trabalhadores haitianos dirigiram-se ao trabalho nos outros setores, principalmente o de supermercados.

A idade média dos haitianos entrevistados é de 30 anos, embora a cúspide da estrutura etária desta amostra seja o intervalo etário de 25 a 29 anos. O Gráfico 2 permite uma visualização da estrutura etária dos 18 entrevistados:

Gráfico 2 – Estrutura etária dos haitianos entrevistados.

Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor.

O mais jovem haitiano entrevistado é Gerard, de 22 anos. O mais velho é Yves, de 44 anos. Ambos chegaram ilegais ao país. A concentração da idade dos entrevistados nos grupos etários mais produtivos revela que nossa amostra, pequena certamente, é de pessoas que chegam a Balneário Camboriú principalmente para trabalhar.

A análise da data de chegada ao Brasil dos haitianos entrevistados sugere que o fluxo ainda está em expansão. A Tabela 3 apresenta informações sobre o ano de chegada dos imigrantes haitianos entrevistados.

Tabela 3 – Ano de chegada dos imigrantes haitianos entrevistados.

Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor.

A indicada expansão do volume do fluxo a cada ano apresenta um desafio aos responsáveis pela política migratória nacional, os prefeitos e gestores das cidades com presença imigrante e toda a sociedade do local de destino: dar acolhida aos imigrantes, criar as condições sociais, econômicas e laborais para que não haja discriminação, e estender a eles os serviços e direitos consagrados pela Constituição Federal brasileira.

Quando perguntados sobre o desejo de voltar ao Haiti, os entrevistados tiveram de fazer um balanço principalmente entre a saudade dos familiares que ficaram, as condições de vida e de trabalho em Balneário Camboriú, além de suas perspectivas, e as duras condições de vida reinantes no Haiti. O resultado desta mediação não foi uniforme, conforme se pode observar na Tabela 4.

Tabela 4 – Desejo de retorno ao Haiti.

Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor.

Além dos 18 trabalhadores haitianos entrevistados, foram questionadas ainda duas gerentes de supermercados em Balneário Camboriú, as quais afirmaram que os haitianos “trabalham muito bem, muito contentes”, destacando a felicidade com que vivem e trabalham. Em apenas um dos dois supermercados o número de trabalhadores haitianos era de 16, e havia mais uma haitiana a ser contratada. Os principais serviços dentro deste supermercado eram a cozinha, a reposição, o setor de frutas, o açougue e a padaria. Não fizeram referência, portanto, a trabalhadores haitianos no caixa e no empacotamento das compras – e na própria gerência do supermercado. As gerentes afirmaram que é prática dos supermercados contratar apenas aqueles que possuem o Registro Nacional de Estrangeiro (RNE). Destacaram que os haitianos recebem a mesma remuneração dos trabalhadores brasileiros. Esta informação foi confirmada por 5 haitianos entrevistados (27,78% do total) e negada por 3 (16,67% do total). Outros 10 (55,56%) preferiram não responder a esta questão. Outro fator destacado pelas gerentes foi a diferença de postura dos haitianos que chegam recentemente em relação aos primeiros que migraram a Balneário Camboriú: afirmaram que a indisciplina, o uso de drogas e o alcoolismo está mais presente atualmente, nos fluxos mais recentes. Há uma espécie de referência saudosa aos primeiros imigrantes, tidos geralmente como “muito bons”.

Se a visão dos moradores locais sobre os haitianos suscita temas, objetivos e subjetivos, importantes para a análise da integração social dos haitianos, a visão específica dos empregadores e gerentes é ainda mais interessante. Neste sentido, a referência constante à limpeza pessoal dos haitianos chama imediatamente a atenção, não passando despercebida certa dose de surpresa em relação a esta característica. A “aparência impecável” e a “limpeza pessoal” são, inclusive, fatores que incidem na própria contratação do trabalhador, especialmente naqueles serviços de supermercado que atendem mais ao público. Esta e muitas outras questões específicas do povo haitiano suscita a importância de se conhecer a sua história, de se respeitar sua cultura, para o entendimento de sua condição humana particular. Um povo que conheceu cedo o valor da liberdade, e que hoje descobre em Balneário Camboriú o valor de sua mobilidade.

Conclusões

Embora recente, o fluxo migratório de haitianos em Balneário Camboriú estabelece conexões e vínculos históricos com fenômenos centrais do capitalismo contemporâneo, como a

formação das desigualdades nacionais, o desenvolvimento do capitalismo dependente tanto na origem como no destino do fluxo, e a atuação do subimperialismo brasileiro. Portanto, entendemos como válido e necessário um estudo ulterior destes temas, de modo a situar materialmente no tempo e no espaço a especificidade deste fluxo.

A categoria do subimperialismo revelou grande dose de capacidade explicativa a questionamentos a respeito do fluxo de haitianos no Brasil. Perguntas como "por que o Brasil?", "por que só agora?" e "por que neste volume?", se não completamente respondidas, foram ao menos esclarecidas com o recurso à categoria do subimperialismo, e a análise acurada da presença brasileira no Haiti como promovedora da presença haitiana no Brasil. Não são, logicamente, fenômenos que se relacionam como causa e efeito, de forma mecânica e causal, mas sim fenômenos que, no âmbito das migrações internacionais, não podem ser dissociados, e devem ser vistos como produto e produtores do desenvolvimento desigual no espaço e da mobilidade neste próprio espaço como estratégia de sobrevivência – de forma dialética, portanto.

Embora este artigo se refira a um fluxo migratório que possui origem (Haiti) e destino (Balneário Camboriú) bem definidos, é inegável que estamos diante de um fenômeno latino-americano. Seja como etapa migratória ou apenas como ponto de conexão, pelos menos outros três países do continente (República Dominicana, Equador e Peru) e outros três Estados brasileiros (Acre, Amazonas e São Paulo), estão presentes, em maior ou menor medida, nesta dinâmica. Como fenômeno latino-americano que é, este fluxo carrega em si a síntese de um continente marcado pela migração como estratégia material e pela apropriação desta migração pelo capital (as empresas que submetem os migrantes a taxas adicionais de exploração) como estratégia de acumulação.

A presença haitiana no Estado impõe, ademais, um desafio ao registro teórico das migrações em Santa Catarina: romper com a tradição de construção de narrativas epopeicas, de supervalorização da saga imigrante italiana e alemã, de um lado, e de outro o silêncio sobre a presença negra, indígena e mesmo árabe em nosso Estado. Este desafio está posto neste momento e o presente artigo se coloca ao lado do povo haitiano na valorização de sua história, daí o resgate do passado do país.

Por fim, os haitianos trazem consigo uma contradição pulsante na América Latina: o subimperialismo brasileiro, que atua no Haiti militar, econômica e politicamente, que

colabora na repressão aos movimentos sociais que buscam alternativas ao país, que aprofunda a própria condição dependente do Haiti – e inclusive a sua – deve ser entendido como antagônico à integração latino-americana, à construção de uma alternativa comum aos países do continente, à valorização de nossa identidade histórica, cindida por séculos de colonialismo e imperialismo. O convívio pacato e afetuoso entre os Clarkson, Jeremie, Gerard, Jennie e Alberts do Haiti com os José, Maria, Pedro, Henrique e Luanas do Brasil deve servir de pista à resolução da contradição atualmente existente em nosso continente: sub imperialismo ou integração.

Referência Bibliográficas

BAGÚ, Sérgio. **Economía de la Sociedad Colonial**. Madrid: Akal, 1977.

BINFORD, Leigh. **Remesas y Subdesarrollo en México**. Revista Relaciones, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, nº 90, v. XXIII, Primavera 2002. Pg. 116 – 158.

BRITO, Fausto. Os Povos em Movimento: As migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. In: PATARRA, Neide Lopes (Org.). **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo.** v. 1. Campinas: Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil, 1995. p. 53-66.

COVARRUBIAS, Humberto Márquez. **Desarrollo y Migración: Una lectura desde la Economia Política.** Revista Migración y Desarrollo, nº 14, primeiro semestre de 2010. Pg. 59-87.

FRANK, André Gunder. **América Latina: Subdesarrollo o Revolución**. México, D.F: Ediciones Era, 1973. 358p.

GAUDEMAR, Jean-Paul. Mobilidade do Trabalho e Acumulação de Capital. Lisboa: Editorial Estampa, 1977. 408p.

GROSFOGUEL, Ramón. **Migrantes Coloniales Caribeños em los Centros Metropolitanos del Sistema-Mundo. Los casos de Estados Unidos, Francia, los Países Bajos y el Reino Unido.** In: Documentos CIDOB, v. 13 – série migraciones, Junho de 2007. Pg. 01-51.

Haity y la Salida Migratória, Jorge Durand. Periódico LaJornada. Disponível em http://www.jornada.unam.mx/2010/01/31/opinion/010a1pol. Acesso em Fevereiro de 2014.

LUCE, Mathias S. **A Teoria do Sub Imperialismo em Ruy Mauro Marini: Contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A história de uma categoria.** Tese de Doutoramento. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000. 295p.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**.2ª ed. Florianópolis: Insular, 2012. 272p.

MARTES, Ana Cristina Braga. **Brasileiros nos Estados Unidos: Um estudo sobre imigrantes em Massachussetts**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 208p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 1848/2009. 144p.

MPI. **Migration Policy Institute.**

PATARRA, Neide Lopes. **O Brasil: País de imigração?** In: Revista E-Metropolis, nº 09, ano 3, junho de 2012. Pg. 01 – 18.

SALES, Teresa. **Migrações de Fronteira entre o Brasil e os Países do Mercosul**. In: Revista Brasileira de Estudos Populacionais (REBEP), Campinas, v. 13(1), 1996. Pg. 87 – 98.

SASSEN, Saskia. **The Mobility of Labor And Capital: A study in international investiment and labor flow**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

SCHUMPETER, Joseph A. **História da Análise Econômica**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1964.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. 15ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. 154p.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. Rio de Janeiro: Americana, 1975.

ZIBECHI, Raúl. **Brasil Potencia: Entre la integración regional y un nuevo imperialismo**. Santiago de Chile: Editorial Quimantú, 2012. 392p.